DF CARF MF Fl. 66

> S3-C4T2 F1. 2



MINISTÉRIO DA FAZENDA CONSELHO ADMINISTRATIVO DE RECURSOS FISCAIS 550 12448.92

TERCEIRA SEÇÃO DE JULGAMENTO

Processo nº 12448.921905/2012-97

Recurso nº Voluntário

Resolução nº 3402-002.100 - 4ª Câmara / 2ª Turma Ordinária

18 de junho de 2019 Data

PIS/COFINS Assunto

Recorrente PRINCESA AUTO SERVIÇO DE COMESTÍVEIS LTDA

FAZENDA NACIONAL Recorrida

Resolvem os membros do Colegiado, por unanimidade de votos, converter o julgamento do recurso em diligência, nos termos do voto do relator.

(assinado digitalmente)

Waldir Navarro Bezerra - Presidente e Relator.

Participaram do presente julgamento os Conselheiros: Rodrigo Mineiro Fernandes, Diego Diniz Ribeiro, Maria Aparecida Martins de Paula, Maysa de Sá Pittondo Deligne, Pedro Sousa Bispo, Cynthia Elena de Campos, Thais de Laurentiis Galkowicz, Waldir Navarro Bezerra (Presidente).

Relatório

Trata de Recurso Voluntário contra decisão da DRJ, que considerou improcedente a Manifestação de Inconformidade contra despacho decisório, nos seguintes termos:

(...)

AUSÊNCIA DE PROVAS DA EXISTÊNCIA DO CRÉDITO. COMPENSAÇÃO INDEFERIDA.

Na ausência de provas, a DCTF e o Dacon retificados após a ciência do despacho decisório não podem ser considerados instrumentos Processo nº 12448.921905/2012-97 Resolução nº **3402-002.100** **S3-C4T2** Fl. 3

hábeis para conferir certeza ao crédito indicado na declaração de compensação.

Manifestação de Inconformidade Improcedente

Direito Creditório Não Reconhecido

Intimada desta decisão, a Contribuinte apresentou Recurso Voluntário, pelo qual pede, em síntese, para que seja reconhecido o crédito tributário declarado na DCTF e ratificado pelas informações inseridas no Dacon, com a homologação da compensação informada no PERDCOMP.

Para tanto, a defesa sustenta os seguintes argumentos:

- i) Que apresentou o pedido de compensação mediante a entrega da PER/DCOMP, objetivando compensar valor recolhido a maior de PIS/Cofins, com débito da própria PIS/Cofins;
- *ii)* Considerando que o saldo credor originário deveria ter sido atualizado desde seu recolhimento com a aplicação da Taxa Selic;
- iii) Apresentou a DCTF e o Dacon retificadores após o despacho decisório, mas antes do julgamento da manifestação de inconformidade, o que deveria ter sido analisado
- *iv)* Como não foi realizada a devida confrontação dos valores informados na DCTF e no DACON, equivocadamente concluiu-se tratar de compensação efetuada sem lastro em créditos anteriores;
- v) A DCTF foi transmitida dentro do prazo legal;
- *vi)* A apuração de PIS e Cofins foi consolidada no Dacon, tendo sido apresentada a retificação, informando o mesmo valor constante na DCTF;
- vii) Cabe ao fisco apresentar indícios de que os valores não estão corretos;
- *viii)* Aplica-se o Parecer Normativo Cosit nº 02, de 28/08/2015, aprovado pelo Despacho RFB Nº SN1, de 28 de agosto de 2015, que possui caráter vinculante ao órgão fazendário, inclusive, trata, exatamente, da possibilidade de retificar a DCTF depois da transmissão do PER/DCOMP e da ciência do despacho decisório.

É o relatório.

Voto

Conselheiro Waldir Navarro Bezerra, Relator

O julgamento deste processo segue a sistemática dos recursos repetitivos, regulamentada pelo art. 47, §§ 1º e 2º, do RICARF, aprovado pela Portaria MF 343, de 09 de junho de 2015. Portanto, ao presente litígio aplica-se o decidido na Resolução nº 3402-002.098, de 18 de junho de 2019, proferido no julgamento do Processo nº 12448.921913/2012-33.

Portanto, transcreve-se como solução deste litígio, nos termos regimentais, o entendimento que prevaleceu naquela decisão (Resolução nº 3402-002.098):

Processo nº 12448.921905/2012-97 Resolução nº **3402-002.100** **S3-C4T2** Fl. 4

"1.2. Verifico que o Termo de Solicitação de Juntada de fls. 47 está datado de <u>13/06/2017</u>, igualmente abaixo colacionado:

TIPO DO DOCUMENTO TERMO DE SOLICITAÇÃO DE JU	INTADA			ORIGEM
				ORIGEM
Ochoro a carriada dos Docarrio				
Solicito a Juntada dos Docume	entos seguintes ao Processo supr	CITAÇÃO DE JUNTADA racitado:		
	TEDMO DE COLI	NITAÇÃO DE HINTADA		
ME DO INTERESSADO:	PRINCESA AUTO SERVICO DE CO	OMESTIVEIS LTDA		
OO INTERESSADO:	12448-921.913/2012-33 27.833.615/0001-55	INTIMAÇÃO: DATA E HORA:	12/05/2017 09:13:33 13/06/2017 13:12:39	

- 1.3. Observo que consta no histórico de ações sobre o documento a assinatura digital do procurador na mesma data.
- 1.4. Todavia, foi informado no Termo de Análise de Solicitação de Juntada de fls. 48 que somente em data de 13/01/2018 foi registrada a Solicitação de Juntada de Documentos referente à "Resposta à Intimação".
- 1.5. Outrossim, esclareço igualmente que não há informações nos autos de que o recurso tenha sido protocolado por meio físico ou por via postal.
- 2. Diante da dúvida sobre a tempestividade do recurso e, para correta análise da admissibilidade, faz-se necessário propor a conversão do julgamento em diligência para que a Unidade Preparadora de Origem esclareça através de Informação Fiscal sobre os fatos acima demonstrados, tornando inequívoca a data do efetivo protocolo, ou seja, 13/06/2017 (Solicitação de Juntada de Documentos de fls. 47) ou 13/01/2018 (Termo de Análise de Solicitação de Juntada de fls. 48).
- 2.1. Cumprida a diligência acima, retornem os autos para julgamento.

É a proposta de Resolução.

Importante frisar que **as situações fática e jurídica presentes** no processo paradigma encontram correspondência nos autos ora em análise. Desta forma, os elementos que justificaram a conversão do julgamento em diligência no caso do paradigma também a justificam no presente caso.

Aplicando-se a decisão do paradigma ao presente processo, em razão da sistemática prevista nos §§ 1º e 2º do art. 47 do RICARF, o colegiado decidiu por determinar a conversão do julgamento em diligência para que a Unidade Preparadora de Origem esclareça através de Informação Fiscal sobre os fatos acima demonstrados, tornando inequívoca a data do

DF CARF MF

Fl. 69

Processo nº 12448.921905/2012-97 Resolução nº **3402-002.100** **S3-C4T2** Fl. 5

efetivo protocolo, ou seja, 13/06/2017 (Solicitação de Juntada de Documentos) ou 13/01/2018 (Termo de Análise de Solicitação de Juntada).

Cumprida a diligência acima, retornem os autos para julgamento.

(assinado digitalmente)

Waldir Navarro Bezerra